

# NOTAS ECONÓMICAS 2

**ALBERT O. HIRSCHMAN** A RETÓRICA DA INTRANSIGÊNCIA — DOIS ANOS DEPOIS

**JOSÉ VEIGA TORRES** A VIDA FINANCEIRA DO CONSELHO GERAL DO SANTO OFÍCIO DA INQUISIÇÃO

**PEDRO NOGUEIRA RAMOS** LE RÔLE DU CRÉDIT DANS LES MODÈLES MACROÉCONOMIQUES

**CONSTANTINO REI/JOÃO LISBOA** DIMENSÃO E DESEMPENHO DAS EMPRESAS INDUSTRIAIS PORTUGUESAS

**JAIME FERREIRA** O CINEMA — DOCUMENTÁRIO E FICÇÃO — COMO DOCUMENTO E DISCURSO HISTÓRICO

**AMADEU LOPES SABINO** O TRATADO DE MAASTRICHT NA CONSTITUIÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA

**FERNANDO FREIRE DE SOUSA** PARA ALÉM DOS DOGMAS: REFLEXÕES SOBRE O LIBERALISMO E A ECONOMIA



## Notícias

### Jornadas da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

#### A Economia e a Sociedade na Viragem do Século Coimbra, 28-29 de Abril de 1993

A Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra comemorou o seu 20º aniversário promovendo uma reunião científica alargada com a presença de mais de 400 participantes. Pretendeu a Faculdade de Economia com esta iniciativa não só contribuir para o aprofundamento do debate científico em torno de algumas das questões mais candentes neste virar do século, como também trazer a público os seus trabalhos e contribuições mais recentes.

As Jornadas abriram com um painel sobre a Economia e a Sociedade na Viragem do Século, sendo conferencistas os professores Albert O. Hirschman, Robert Boyer e Boaventura de Sousa Santos.

Seguiram-se três painéis temáticos intitulados: 1. Cenários para a Política Económica no Limiar do Século XXI; 2. Organizações e Complexidade: Estratégias de Gestão e Inovação; 3. Portugal no Final do Século: Problemas da Sociedade, Problemas da Sociologia.

As Jornadas concluíram com a realização de 15 sessões simultâneas onde foram apresentadas cerca de uma centena de comunicações assim distribuídas: 1. Inovação Tecnológica e Desenvolvimento; 2. Estado e Economia; 3. Sistemas Produtivos Locais; 4. União Monetária Europeia; 5. Globalização dos Mercados Internacionais e Políticas de Coordenação; 6. Informação Estatística, Telecomunicações e Desenvolvimento Económico; 7. Estilos de Vida e Identidades; 8. Políticas Sociais e Solidariedade; 9. O Estado da Saúde: Mediação, Qualidade e Aspectos Sociológicos; 10. Planeamento e Gestão Assistidos por Computador; 11. Políticas e Estratégias Empresariais; 12. A Actividade Empresarial: Aspectos Financeiros; 13. O Direito e a Regulação da Economia; 14. Modelos Matemáticos em Economia; 15. Escolas Historiográficas e Perspectivas de Evolução da Historiografia.

No âmbito destas Jornadas, a Universidade de Coimbra conferiu também o grau de Doutor *Honoris Causa* em Economia ao Prof. Albert O. Hirschman.

Paulino Teixeira

### Encontro de Economia Industrial

#### Évora, 24-25 Setembro de 1993

Num período de particular ênfase na política industrial, em que se multiplicam aos mais diversos níveis as intervenções públicas, o 2º Encontro de Economia Industrial não quis evitar o desafio e intitulou o seu Painel "Os (Des)caminhos da Política Industrial".

Embora o debate (Amado da Silva, Diogo de Lucena, Freire de Sousa e Jaime Andrez) acerca da existência de uma política industrial, e da sua urgência, não tenha sido conclusivo — nem era, de resto, esse o seu objectivo — as posições dividiram-se *grosso modo* entre aqueles que defendem a necessidade de uma acção concertada dos diferentes poderes públicos (uma estratégia de industrialização, em suma) sob a égide de uma entidade reconhecidamente por definir com precisão, e aqueles que, sentindo algum desconforto perante uma política industrial demasiado activa de tipo *picking winners and losers*, se inclinam antes para acções que potenciem a melhoria da produtividade no longo prazo. Centrando-se sobretudo no campo das preocupações tradicionais das disciplinas da Organização Industrial e da Microeconomia Aplicada, isto é, das decisões de âmbito microeconómico e da organização dos mercados, as sucessivas comunicações acabaram, no fundo, por reflectir mais a segunda posição do que a primeira.

As comunicações versaram, por ordem de apresentação, os efeitos do alargamento aos países da EFTA numa pequena Economia aberta com economias de escala (Paulino Teixeira), a preferência por empresas nacionais em concursos públicos (Fernando Branco), mobilidade na indústria têxtil (João Confraria), privatizações, posse e eficiência (António Osório), localização industrial no sector corticeiro (Natércia Mira), estrutura de mercado e política desportiva (Fernando Tenreiro e Vítor Santos), dimensão mínima e entrada na indústria (José Machado e José Mata), estratégias empresariais em indústrias competitivas e abertas (Alberto de Castro e António Brandão) e diversificação e desempenhos sectoriais na indústria (Adelino Fortunato).

A modelação de mercados oligopolizados foi o subtema mais frequente: expansão da rede de

sobre os debates correntes, entre os economistas, sobre a dimensão social da economia. Um outro aspecto positivo a registar é o cuidado posto em completar cada texto com uma bibliografia comentada apontando sugestões para trabalho futuro, o que, a juntar à bibliografia da Introdução, torna este livro um indispensável instrumento de referência e de consulta para todos os que se interessam pela relação entre a economia e a sociologia.

João Arriscado Nunes

Mario Pirani (1993)

*Il Futuro dell'Economia visto dai Maggiori Esperti Mondiali*. Milão, Arnoldo Mondadori Editore, Collezione Frece, 229 p.

Sempre que grandes transformações impenderam sobre as sociedades humanas, a utilidade das questões acerca da sua evolução mediata e imediata foi quase mais premente do que as respostas que lhes podem ser dadas. Com este volume, publicado no passado mês de Maio, o jornalista Mario Pirani, do conhecido diário italiano *La Repubblica*, revela o resultado do que propôs a quinze economistas<sup>1</sup>: uma conversação em forma de entrevista que, para além da óbvia excursão por um conjunto de conhecidas “catedrais” das ciências económicas, é, sobretudo, um repositório de questões pertinentes e urgentes neste momento em que se desenham, espontânea ou deliberadamente, novas configurações políticas das nações ou blocos de nações. Muito explicitamente, o problema económico do nosso tempo tem uma denotação política, embora, por vezes, apareça confinado a um debate em que as questões de notório contorno político se restringem à política económica e à sua inspiração “liberal” ou “keynesiana”.

Os grandes peritos que Pirani interrogou, durante o seu *grand tour*, acerca do mal-estar difuso ou declarado nas regiões mais industrializadas e, por consequência, mais ricas do mundo em que vivemos, põem-nos perante uma desconcertante situação: o mercado de livre concorrência e a ideologia económica que lhe fornecia toda a justificação racional já não bastam. Por outras palavras, a reincidir nos velhos *clichés*, a teoria económica — em particular, o que, na América, se convencionou chamar *mainstream* — repropõe o que, no século passado, Carlyle designou por *dismal science*, bem distante do “optimismo” smithiano que confiava, mesmo que de um modo “iluminado” e não cego, nas virtudes do que abreviadamente designamos por “mão invisível”. Mas, em suma, qual a mensagem que, na generalidade dos depoimentos, se acaba por recolher neste livro: uma mensagem simples — é preciso mais *Estado* e mais *Mercado*. Se se pensar bem, ou pelo menos se as

<sup>1</sup> O elenco dos entrevistados é o seguinte: Dornbusch, Feldstein, Krugman, Baumol, Solow, Morishima, Seitz, Siebert, von Weizsäcker, Albert, Malinvaud, Hahn, Padoa-Schioppa, Prodi, Ruffolo. No final, o autor acrescentou um útil conjunto de notas biográficas sobre cada um.





peças idosas), foi introduzido pela discussão dos resultados de alguns estudos recentes. Merecem especial referência, pela sua extensão e inovação, os estudos apresentados por Claudine Attias-Donfut (CNAV), Vern Bengtson (Universidade da Califórnia do Sul) e Jean Kellerhals (Universidade de Genebra).

A investigação dirigida Attias-Donfut visava conhecer os fluxos de trocas dentro da família entre três gerações sucessivas (a dos 49-53 anos, a dos seus pais e a dos seus filhos adultos) em diferentes domínios — serviços quotidianos, habitação, trocas materiais, financeiras e profissionais — e as prestações e serviços colectivos de que beneficiam as diferentes gerações, para analisar o impacto recíproco dos sistemas de transferências público e privado. Os primeiros resultados do inquérito realizado junto de cerca de 5 000 pessoas dão conta da existência de uma grande diferenciação no sentido e no volume dos fluxos conforme estes se refiram a dinheiro, a bens materiais ou a serviços ligados à vida quotidiana. A importância do papel que os circuitos de entreajuda desempenharam na inserção social e profissional da geração mais nova faz pensar nas graves consequências e nos riscos de exclusão que podem vir a resultar se esses circuitos vierem a faltar no futuro.

Bengtson deu conta de alguns resultados do estudo longitudinal das gerações familiares que iniciou em 1971, baseado num painel de 300 famílias sulcalifornianas compostas de 3 ou mais gerações. Os membros do painel, anualmente reinquiridos sobre as mudanças ocorridas nas relações familiares, têm contribuído para um conhecimento aprofundado dos efeitos dos diferentes tipos de mudanças nos comportamentos familiares, designadamente nos que têm a ver com as políticas sociais e com as estratégias para melhorar as condições de vida.

Finalmente, Jean Kellerhals referiu-se ao estudo que realizou recentemente acerca das formas e dos limites da solidariedade baseada no parentesco, utilizando numa amostra de famílias suíças da geração dos 50-60 anos, a geração que faz a ponte entre as gerações mais velhas e as mais jovens. Uma primeira constatação retirada foi a de que, relativamente às redes de carácter expressivo (contactos, proximidades afectivas), a sociabilidade familiar é muito limitada. Conclusão semelhante vale ainda para as redes de carácter instrumental (solidariedades financeiras, ajudas domésticas, cuidado de crianças, etc.), onde as redes de entreajuda são muito curtas (3 a 4 pessoas), fortemente verticalizadas e, em maior medida do que

nas anteriores, lateralizadas (linha matrilateral, mulher como actor principal). Um outro aspecto importante a ressaltar deste estudo é o facto de as solidariedades instrumentais, ainda que generalizadas, não intervirem de uma forma regular e sistemática, mas apenas em situações de perturbação (doença, desemprego, mudanças, etc.) e nem sequer substituírem, pelo volume de apoios prestados, o papel das instituições públicas ou semi-privadas. A conclusão mais forte retirada é, assim, a de que a solidariedade baseada no parentesco, se bem que flexível, expedita e generalista, é em contrapartida irregular, discriminadora, limitada, facilmente desmobilizável e pouco coordenada. Por isso se torna muito óbvia a necessidade de encontrar um sistema de protecção que potencie as sinergias entre as ajudas públicas e as solidariedades privadas.

A repartição de responsabilidades de cuidar das pessoas de idade dependentes entre o Estado e as famílias constituiu o segundo grande tema desta primeira parte da Conferência. Uma mesa redonda com investigadores de diferentes países da Comunidade propôs uma comparação entre os diferentes sistemas sociais de apoio aos idosos dependentes. Dessa comparação resultou evidente, por exemplo, a necessidade, sobretudo para os países em que se procura ainda imitar o modelo das políticas sociais implantadas pelos países mais avançados ao longo das últimas décadas, de evoluírem para sistemas de apoio menos institucionalizados e capazes de garantir simultaneamente a segurança e a confiança dos cidadãos dependentes. Não se trata com isto de substituir o Estado pelas famílias ou pelas redes informais de apoio, mas sim de reconhecer o papel desempenhado por estas e por outras formas da sociedade civil na prestação de cuidados sociais e de promover as condições para que elas possam cooperar com as instituições públicas mais eficazmente e com maior equidade.

Ao Estado, nomeadamente em sociedades como a portuguesa em que a insegurança e os riscos sociais envolvem ainda uma grande parte da população, continuará a caber um papel muito importante na organização e estímulo das formas de solidariedade social públicas e privadas. Em época de crise orçamental, porém, compete à sociedade organizar-se e exercer uma constante pressão sobre os poderes públicos para impedir que estes sejam tentados a abdicar das suas funções providenciais.

Pedro Hespanha